

Extrema direita brasileira abraça mestiçagem para negar racismo

Márcio Ferreira

Valor, 11.fev.2026

Professor erra ao confundir críticas à ideia de democracia racial com rejeição à miscigenação

[RESUMO] Em resposta a texto publicado na Ilustríssima, autor afirma que é um grande equívoco equiparar a esquerda brasileira com a extrema direita europeia no debate racial, dadas as diferenças como a discriminação se concretiza nas duas regiões. As críticas de grupos progressistas às ideologias da miscigenação e da democracia racial não negam que o Brasil é etnicamente misto, apenas apontam que esse fato é usado como artimanha para converter a desigualdade histórica em irreal convívio pacífico. A extrema direita, por sua vez, enaltece a miscigenação para refutar os conflitos raciais e impedir reparações.

Em artigo publicado na Ilustríssima, o professor Rodrigo Perez parte de uma observação correta, mas chega a uma conclusão profundamente equivocada.

É verdade que a extrema direita mobiliza discursos de pureza racial, fechamento de fronteiras e pânico demográfico no cenário internacional. [Viktor Orbán](#), [Donald Trump](#), [Marine Le Pen](#) e o [AfD alemão](#) denunciam veementemente a mistura, a imigração e a diluição étnica.

O problema começa quando esse modelo global é aplicado mecanicamente ao Brasil, como se o racismo aqui operasse de forma semelhante. Não opera.

O principal erro do argumento é assumir que, se a extrema direita europeia critica a ideia de miscigenação, quem faz o mesmo no Brasil defenderia uma pretensa pureza racial. Essa equivalência é historicamente insustentável.

A miscigenação nunca foi a antítese do racismo. Muitas vezes, foi seu disfarce mais eficiente.

Diferentemente dos arranjos nacionais no Atlântico Norte, o Brasil não ergueu sua hierarquia racial a partir de separação formal ou leis de pureza explícitas. Tudo foi construído com ambiguidade, gradação de cor, mobilidade seletiva e, acima de tudo, o conto sedutor de que somos um povo misto e, portanto, amigável. A miscigenação foi santificada como evidência moral de que não havia conflito racial. A mistura tornou-se um alibi.

Isso, de fato, é precisamente o que intelectuais como Lélia Gonzalez e [Abdias do Nascimento denunciaram ao longo de décadas](#).

Quando partes do movimento negro criticam a ideologia da miscigenação, não negam que o Brasil é misto. Eles estão ridicularizando a exploração política dessa mistura como um método para negar o racismo. Trata-se de desvendar um mito nacional que converte desigualdade histórica em paz imaginada.

Como esses autores explicaram, a miscigenação brasileira não foi simplesmente um encontro cultural. Foi também o produto de violência sexual, assimetrias de poder, branqueamento simbólico e políticas abertas de diluição demográfica dos negros. Celebrá-la sem essa história é romantizar a própria estrutura que criou a desigualdade.

Assim, nesse sentido, a extrema direita brasileira não rejeita a miscigenação. Ela a instrumentaliza.

Basta prestar atenção ao repertório recente. [Jair Bolsonaro invocava consistentemente a mistura](#) como evidência de que o Brasil não teria racismo estrutural. "Aqui todos são iguais",

"somos todos misturados", "isso é vitimismo". A mensagem é simples e prática: se todos são misturados, ninguém é discriminado. Não há necessidade de políticas afirmativas se as pessoas não são discriminadas.

A miscigenação aqui não é inclusiva. Serve para desracializar o debate público e impedir reparações.

Assim, a tese de que a "esquerda rejeita a miscigenação" é, na verdade, o inverso do que se quer dizer. O problema não é se a mistura existe. É a conotação política atribuída a ela.

O artigo de Perez [toma o caso de Beatriz Bueno](#) como evidência de que haveria uma espécie de patrulha identitária antimiscigenação nas universidades. Mas o salto é grande demais. Trata-se de um conflito administrativo e acadêmico complicado e controverso, que não prova a existência de um projeto político nacional contra a mistura racial. Na melhor das hipóteses, expõe tensões genuínas em jogo no campo antirracista, uma realidade compartilhada por qualquer movimento social.

Esta é uma moldura retórica que obscurece a questão central ao transformá-la em uma "trincheira esquerdista contra a miscigenação". E o principal problema é outro.

O conceito moderno de "parditude" como uma identidade política distinta de "negro" não é um mero conceito. Tem significado concreto. [Argumentar que pardos não contam como negros fratura a base social para políticas tradicionalmente perseguidas, como cotas raciais.](#)

Aqui está algo que [Abdias do Nascimento](#) forçou o público a tomar como seu próprio imperativo quase obsessivo: categorias de cor intermediárias sempre foram uma forma de divisão. Mulato, moreno, pardo, mestiço. Nomes que oferecem reconhecimento simbólico, mas politicamente minam a força coletiva dos descendentes africanos.

Para Abdias, ver-se como negro era um ato politicamente encenado, não cromático. Tratava-se de construir uma maioria histórica a partir de experiências compartilhadas de discriminação. A segregação de negros e pardos, nesse sentido, diminuía o potencial de pressão social.

[Lélia Gonzalez](#) repetia o mesmo sentimento de outra forma. Ela se referia a isso como "neurose cultural brasileira", essa obsessão em escapar da negritude através da gradação de cor. A recusa em se considerar negro, mesmo quando o racismo opera sobre você como negro, faria parte da mecânica de dominação.

Não que o pardo não tenha especificidades. Ele tem. O colorismo é real. As experiências variam. [Mas entender as diferenças internas não é o mesmo que romper a unidade política.](#)

Esses painéis de heteroidentificação poderiam ser melhorados, distorções poderiam ser corrigidas, critérios poderiam ser qualificados. O que não parece razoável é transformar isso em um projeto de separação racial.

Quem ganha quando negros e pardos não contam mais juntos nas estatísticas de desigualdade? Quem se beneficia quando a população negra encolhe numericamente nos indicadores? Quem ganha quando as ações afirmativas perdem seu ancoramento demográfico? Certamente não são os grupos racializados.

O artigo de Rodrigo Perez sugere que o verdadeiro perigo brasileiro estaria em uma esquerda que essencializa identidades. Ignora, contudo, o aspecto mais elementar do nosso contexto: aqui, o racismo raramente se manifesta como pureza. Favorece um discurso de mistura.

Nos Estados Unidos, o supremacista insiste: "não queremos miscigenação". O racismo efetivo no Brasil diz: "somos todos misturados, portanto não há racismo". [São estratégias muito diferentes, mas com o mesmo objetivo.](#)

Confundir crítica à democracia racial com rejeição à miscigenação é diagnosticar erroneamente. É tratar como segregacionistas pessoas que estão verdadeiramente criticando a forma invisível de segregação brasileira.

Nunca deveria haver uma disputa entre "defensores da mistura" e "inimigos da mistura". O que há são duas leituras políticas da miscigenação. Uma a utiliza como um mito conciliatório para negar conflitos. A outra a reconhece como um fato histórico complexo, mas recusa seu uso como cortina de fumaça.

Lélia e Abdias não negariam a existência do pardo, mas se oporiam à conveniência política de usar essa categoria como uma fronteira que separa aliados históricos.

No Brasil, o racismo não precisa de muros. Ele opera por gradações. Precisamente por isso, a fragmentação é o caminho mais rápido para manter tudo como está.

A extrema direita brasileira não combate a miscigenação. Ela até a celebra quando isso ajuda a dizer que não há racismo. Esse é o ponto que o artigo de Perez não capta.